

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.274 - RS (2019/0040110-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **SERGIO BERMUDEZ - RJ017587**
 LUIS FELIPE FREIRE LISBOA - DF019445
 PHILIP FLETCHER CHAGAS - RJ122020
 VERONICA ERCOLAN - RS063116
 MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
 GABRIEL LOPES MOREIRA - RS057313
AGRAVADO : **DANIEL PAIM DOS SANTOS**
ADVOGADO : **JEAN MARCELO CARVALHO E SILVA - RS087522**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. contra a decisão de fls. 231/233 e-STJ que deu provimento ao recurso especial.

Nas razões do presente agravo interno fls. 237/241 e-STJ, a agravante menciona que não cabe a correção monetária, pois o pagamento do sinistro ocorreu dentro de 30 (trinta) dias da data do requerimento administrativo.

Aduz que

(...) não há que se falar em incidência de correção monetária na espécie, uma vez que a seguradora cumpriu a sua obrigação no prazo determinado, não havendo qualquer mora na relação obrigacional. Ou seja, o único fator que poderia dar ensejo à reparação das perdas causadas pelo lapso temporal e, consequentemente, à correção monetária desse valor não ocorreu no caso" (fl. 239 e-STJ).

Sem impugnação (certidão de fl. 246 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Assiste razão à recorrente, motivo pelo qual se faz merecedora de reparos a decisão ora agravada.

Conforme demonstrado nos autos à fl. 161 e-STJ, o requerimento administrativo foi feito em 28/11/16 e o pagamento se deu em 16/12/16.

É incontroverso, portanto, que, na hipótese dos autos, o pagamento da indenização foi feito dentro do prazo de que trata o artigo 5º, §§ 1º e 7º, da Lei nº 6.194/1974.

O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento pacífico de que a correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. 1. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE 2. VERBA HONORÁRIA. CRITÉRIO DA EQUIDADE. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Súmula 580/STJ dispõe que 'a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.'

2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora imponha a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo. Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, tornando inviável a atualização monetária. (...)

5. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.479.030/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 30/8/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. PRAZO. CUMPRIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA Nº 568/STJ. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal. Precedentes.

(...)

5. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.789.473/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE REQUERENTE.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos documentos. Incidência da Súmula 83/STJ. (...)

3. Agravo interno desprovido"

(AgInt no AREsp 1.279.802/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 17/5/2019).

Ante o exposto, dou provimento ao agravo interno para, reconsiderando a decisão de fls. 231/233 e-STJ, negar provimento ao recurso especial.

Deixo de aplicar o art. 85, § 11, do CPC/2015 tendo em vista que a parte litiga sob o pálio da justiça gratuita.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

